

JUNTOS DE ✓
verdade

RELATÓRIO ANUAL

2023

 **SICOOB**
Cooperac

SUMÁRIO

Editorial

3 a 4

Grandes Conquistas

Inauguração PA Bonfim Paulista
Reforma PA Nove de Julho
Investimento em MKT
Selo GPTW
Nova Onda

5 a 9

Nossa Equipe

Conselho Administrativo
Conselho Fiscal
Diretoria Executiva
Equipes dos PAs
Especialistas

10 a 13

Campanhas

14

Campanha de aniversário
Integralização Premiada

Parcerias Comerciais

15 e 16

Associações Comerciais e Sincovarp

Interesse pela Comunidade

17 a 19

Solidariedade
Apoio ao Esporte

Dia das Crianças

Eventos

20 e 21

Expediente

**Cooperativa de
Economia e Crédito
Mútuo Sicoob
Cooperac**

Diretor-presidente:
Cesar Augusto Campez Neto

Projeto Gráfico:
Maysa Martho

Aprovação do conteúdo:
Amanda Francine Carvalhaes,
diretora administrativa

Tiragem: 300 exemplares

**Jornalista responsável pelo material
institucional:**
Letícia Tozetti – MTB 31602

Abril 2024

Demonstrativos Contábeis:
CONAUD

UNIÃO, PROFISSIONALISMO E ATENDIMENTO HUMANO SÃO OS PILARES DO SICOOB COOPERAC

Criar e manter em constante desenvolvimento uma cooperativa financeira, não é algo simples. Mas o Sicoob Cooperac é formado por colaboradores, diretores, conselheiros e cooperados comprometidos com os bons resultados. E essa soma só poderia ser positiva.

Quando olhamos o ano de 2023 relembramos momentos de incertezas, em virtude da chegada do novo governo federal e novas lideranças estaduais. Foi um período de muita apreensão, mas que foi superado pelo zelo, cumprindo as metas de nosso orçamento e de comercialização de produtos.

Em 2023, quando completamos 17 anos, inauguramos mais um PA, desta vez no Distrito de Bonfim Paulista, região que está em pleno desenvolvimento e que se tornou um braço da Zona Sul de Ribeirão Preto.

E, falando em expansão, no apagar das luzes de 2023 conseguimos a aprovação do Sicoob para iniciar a atuação no município de Cravinhos. Em 2024 iremos inaugurar o novo Posto de Atendimento no Outlet, que está sendo construído pelo grupo Pereira Alvim, e deve ser inaugurado em outubro. Já estamos em tratativas para alugar um espaço no local e já vamos começar a prospectar novos cooperados naquela região.

Ainda sobre os resultados de 2023, dos 16 produtos com os quais trabalhamos, atingimos nossas metas em mais da metade deles e, para seis desses produtos, ultrapassamos os 100%.

Nesta maré positiva, não podemos deixar de citar o fortalecimento de nossos PAs



Foto: Fábio Melo

Cesar Augusto Campez Neto

Diretor-presidente do
Sicoob Cooperac

inaugurados mais recentemente, em Luiz Antônio, Campos Elíseos e Bonfim Paulista, que vêm se solidificando e fortalecendo os conceitos cooperativistas entre pessoas físicas e jurídicas.

Paralelamente à expansão de nossos negócios temos ampliado nosso número de colaboradores e criado áreas de especialistas, para oferecer um atendimento realmente consultivo aos nossos cooperados. Como nosso portfólio é muito grande precisamos de funcionários realmente capacitados, por isso, treinamos colaboradores nas áreas de investimentos, Sipag, cartões, consórcios, e já temos consultores em crédito rural, imobiliário e linhas BNDES, além de seguros.

Em 2024 vamos solidificar tudo o que plantamos em 2023. Agradecemos pela confiança e apoio do nosso Conselho Administrativo e Fiscal, que nos permitem viabilizar as ações sonhadas e planejadas.

Não podemos nos esquecer de nossos queridos colaboradores e cooperados, pela confiança e dedicação.

E também dos nossos parceiros, como o Sincovarp e ACIs de Ribeirão Preto, Taquaritinga e Luiz Antônio, por meio dos quais conseguimos oferecer condições diferenciadas para a classe empresarial.



Foto: Fábrica de Retratos

Antonio Luiz de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

E, como diz nosso novo slogan, seguiremos Juntos de Verdade, ouvindo, aconselhando e criando estratégias para proporcionar uma experiência financeira justa e humana, às pessoas e empresas.

JUNTOS DE 
verdade

“A cada ano, somos uma Cooperac ainda mais estruturada.”

Continuamos firmes no propósito de inspirar cada vez mais pessoas e empresas, a buscarem uma experiência financeira justa e humana.

Os nossos cooperados, que já se beneficiam do cooperativismo, estão acompanhando nossa querida cooperativa em transformação.

Estamos em uma nova onda, que impulsiona voos ainda maiores. A cada ano, somos uma Cooperac ainda mais estruturada.

Seguiremos sempre JUNTOS DE VERDADE.

EXPANSÃO SICOOB COOPERAC INAUGURA PA EM BONFIM PAULISTA

O Sicoob Cooperac inaugurou seu sétimo Posto de Atendimento, em Bonfim Paulista (Praça Bonfim, 216), no dia 26 de junho de 2023.

A cooperativa financeira é a primeira daquele distrito e chega para levar os benefícios do cooperativismo para pessoas, empresas e condomínios.

A cerimônia de inauguração contou com a presença de autoridades, como o secretário da Fazenda, Afonso Reis Duarte e o presidente da Câmara, Franco Ferro. Também participaram os diretores, conselheiros e colaboradores da Cooperac.

“Nossa chegada a Bonfim representa mais um avanço em nossa história. O Distrito tem uma importante representatividade empresarial e continua em franca expansão, reunindo uma população considerável que vive nas dezenas de condomínios da região. Além disso, a região é carente de instituições financeiras, já que algumas fecharam suas unidades de atendimento presencial em Bonfim”, ressalta Cesar Campez, diretor-presidente do Sicoob Cooperac.



Fotos: Fábio Melo

Cooperativa é a primeira a chegar no distrito de Bonfim Paulista.



Conselheiros administrativos: Anselmo José Buosi, Paulo César Garcia Lopes, Valério Veloni, Sandra Brandani Picinato, Antonio Luiz de Oliveira, Dorival Luiz Balbino de Souza, Franciso Carlos Júlio Pinghera e Cristian Mateus Oliveira.



Diretoria Executiva: Maurício Donizeti, Amanda Francine Carvalhaes e Cesar Campez.



Conselheiros fiscais: Fernando Antonio Ramalheiro, Moisés de Souza Andrade e Márcio Pessolo dos Santos.



O presidente do Conselho Administrativo, Antonio Luiz de Oliveira, e o idealizador da cooperativa e conselheiro, Francisco Pinghera, descerram a placa de inauguração.



Sicoob Cooperac – Relatório Anual – 2023



Equipe de Bonfim Paulista: Fábio Mota Seabra, Marcelle Ulhoa Vitoriano de Oliveira, Miguel Antônio Calábria Junior e Jessica Teixeira Arcencio Jacob.

A nova agência está localizada na Praça Bonfim, 216.

Fotos: Fábio Melo

REFORMA PA NOVE DE JULHO

REESTRUTURAÇÃO TROUXE MAIS MODERNIDADE E CONFORTO PARA COLABORADORES E COOPERADOS

O PA Nove de Julho de Ribeirão Preto foi o quarto a ser inaugurado pela Cooperac, em 2018. Além da equipe da agência, no local estão alocados os colaboradores que integram a Unidade Administrativa (UAD), que presta suporte para os demais PAs da cooperativa, sobre diversos assuntos, como contabilidade, jurídico, BI, seguros e investimentos. Ali, também acontecem as análises de propostas de crédito imobiliário, rural e BNDES, e também são feitas as aberturas de contas e atualizações cadastrais.

É no PA Nove de Julho que são tomadas decisões estratégicas para a cooperativa, pois é onde trabalham os diretores executivos da cooperativa e é onde acontecem as reuniões do Conselho Administrativo.



Com o passar dos anos e a ampliação das equipes, foi necessário reformar o local para acomodar melhor todos os departamentos e também tornar o ambiente mais agradável para receber os cooperados.

As mudanças trouxeram um layout moderno, melhor visibilidade para o corpo gerencial e mais comodidade para o atendimento dos cooperados.

A reforma aconteceu simultaneamente às obras que foram iniciadas na avenida Nove de Julho e que, por problemas técnicos, ficaram paralisadas por um longo período. Desta forma, a equipe está atenta para tentar resolver todas as necessidades dos cooperados de forma presencial, ou digital.



Fotos: Fábio Melo

INVESTIMENTO EM MARKETING

CAMPANHA JUNTOS DE VERDADE COLOCOU COOPERADOS E COLABORADORES EM EVIDÊNCIA

O cooperativismo é uma experiência financeira realmente diferenciada. Enquanto bancos reduzem suas equipes e restringem o atendimento presencial aos clientes, o cooperativismo financeiro amplia seu Postos de Atendimento e investe em treinamento, para que os cooperados se sintam verdadeiramente acolhidos e ouvidos em suas necessidades.

E, para expressar de forma real seu DNA, o Sicoob Cooperac lançou um novo conceito de marca, criado pela Agência 6P: o Juntos de Verdade.

Muito além de um slogan, a nova abordagem nasceu como uma representação genuína do espírito da Cooperac: onde cada cooperado é visto, ouvido e compreendido por um membro real da equipe.

*" Juntos de verdade"
é a realidade vivida e
sentida todos os dias*

Na Cooperac, estar "juntos de verdade" é a realidade vivida e sentida todos os dias, em um aperto de mão, em um negócio fechado, em um café com o gerente, uma reunião com os colaboradores e compartilhando as conquistas e resultados alcançados.

É um posicionamento de dentro para fora.

E, para expandir esse novo conceito em suas cidades de atuação, a cooperativa investiu em diversas ações de marketing, como filmes publicitários, campanhas digitais, outdoors e campanhas em TVs.

COOPERAC
JUNTOS DE
verdade





SELO GPTW MAIS UM ANO SENDO UM ÓTIMO LUGAR PARA SE TRABALHAR

Pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob Cooperac conquistou a certificação Great Place To Work (GPTW), consolidando-se como um dos Melhores Lugares para Trabalhar. Nesta nova pesquisa, a pontuação obtida superou a do ano anterior, saltando de 85 para 98.

"Para nós, essa certificação é um reconhecimento do esforço contínuo em promover um ambiente de trabalho saudável e positivo para os colaboradores. Isso reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados aos cooperados e na sustentabilidade da cooperativa em longo prazo", explica a diretora administrativa Amanda Francine Carvalhaes, que também ressalta outros destaques apresentados na pesquisa. "Ficamos muito honrados em notar que, nas respostas abertas, onde o

colaborador poderia manifestar a sua opinião, verificamos a palavra família citada várias vezes e isso nos traz uma alegria muito grande por poder oferecer um ambiente acolhedor aos funcionários".

O Sicoob Cooperac investe continuamente em programas de capacitação e desenvolvimento profissional, buscando sempre aprimorar as habilidades e competências de seus colaboradores. Essas práticas contribuem para a construção de um clima organizacional mais motivador e engajado, onde todos se sentem valorizados e têm oportunidades reais de crescimento dentro da empresa.

A certificação reafirma o compromisso da cooperativa com a valorização das pessoas e o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada no respeito, na transparência e no trabalho em equipe. Este reconhecimento é motivo de orgulho para todos os colaboradores e reforça a missão da cooperativa em ser sempre uma referência de excelência em gestão de pessoas e satisfação no trabalho.



NOVA ONDA FECHAMENTO DE 2023 E PERSPECTIVAS PARA 2024

No mês de dezembro aconteceu um evento que foi um divisor de águas no Sicoob Cooperac.

O objetivo do encontro foi unir, motivar e movimentar a equipe da cooperativa, para mostrar que, a união, pode elevar a instituição a alcançar objetivos mais ousados.

Esta "nova onda" impulsionará a Cooperac a se tornar a principal instituição cooperativista financeira do cooperado. Este é o espírito do novo slogan na Cooperac: JUNTOS DE VERDADE.

NOSSA EQUIPE



Foto: Fábio Melo

Valério Veloni, Cristian Mateus Oliveira, Antonio Luiz de Oliveira, Franciso Carlos Júlio Pinghera, Anselmo José Buosi e Dorival Luiz Balbino de Souza

CONSELHO ADMINISTRATIVO



Foto: Fábrica de Retrato

Paulo César Garcia Lopes, Sandra Brandani Picinato e Paulo Tadeu Rivalta de Barros



Foto: Fábio Melo

Maurício Donizeti, Amanda Francine Carvalhaes e Cesar Augusto Campez Neto

DIRETORIA EXECUTIVA

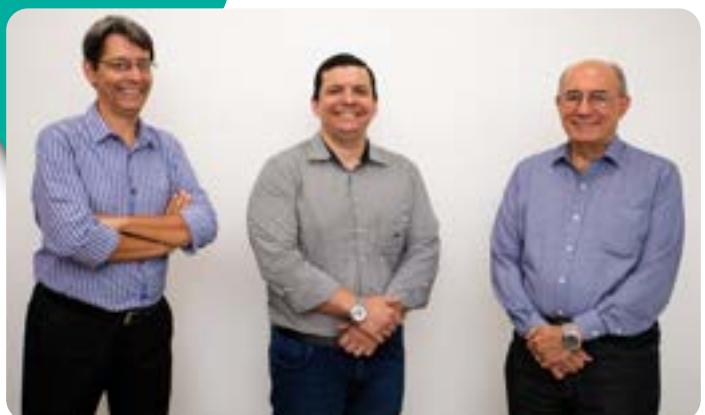


Foto: Fábio Melo

CONSELHO FISCAL

Márcio Pessolo dos Santos, Moisés de Souza Andrade e Fernando Antonio Ramalheiro

UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD



NOVE DE JULHO



CAMPOS ELÍSEOS



IPIRANGA



CENTRO



Fotos: Fábio Melo



Foto: Fábio Melo

LUIZ ANTÔNIO



Foto: Gilmara Favoretto

TAQUARITINGA



Foto: Daniel Amatuzzi

ATENDIMENTO CONSULTIVO É DIFERENCIAL DO SICOOB COOPERAC



Atualmente o Sicoob Cooperac emprega 71 colaboradores e continua investindo no desenvolvimento profissional de sua equipe para manter uma das premissas de sua existência: ser uma experiência financeira realmente diferente para pessoas e empresas.

Enquanto as instituições financeiras tradicionais reduzem cada vez mais suas equipes, a Cooperac investe em atendimento consultivo, presencial, mas também coloca à disposição dos cooperados opções digitais de atendimento.

O CAC – Canal de Apoio ao Cooperado é um atendimento via whatsapp, mas feito por pessoas. Por meio dele é possível resolver questões operacionais e obter informações sobre o portfólio de produtos e serviços da cooperativa.

Em 2023 foram realizados 8052 atendimentos.

Entre em contato pelo (16) 3516-9999.

CRIAÇÃO DE ÁREAS DE ESPECIALISTAS

Para atender os cooperados com excelência a Cooperac vem ampliando seu quadro de consultores de negócios. Estes profissionais recebem treinamentos específicos em suas áreas de atuação, conhecendo a fundo o portfólio de produtos da Cooperac.



André Sousa assumiu a Área de Investimentos e Previdência, com a finalidade de prestar um serviço mais consultivo e adequado a cada perfil de investidor.

É qualificado pela Anbima, na CPA20, e possui conhecimento em produtos de Renda Fixa, como o RDC, Fundos DI, LCI, LCA e Letras do Tesouro. Também está apto a orientar os cooperados sobre Renda Variável, como Fundos Imobiliários, ETF'S, Ações, Fundos de Ações e BDR'S. Sua área contempla também a Previdência Privada nas modalidades VGBL e PGBL.



Daiane Kikutake analisa e orienta os cooperados em todas as propostas de crédito rural, imobiliário e também dá suporte sobre linhas de crédito BNDES.



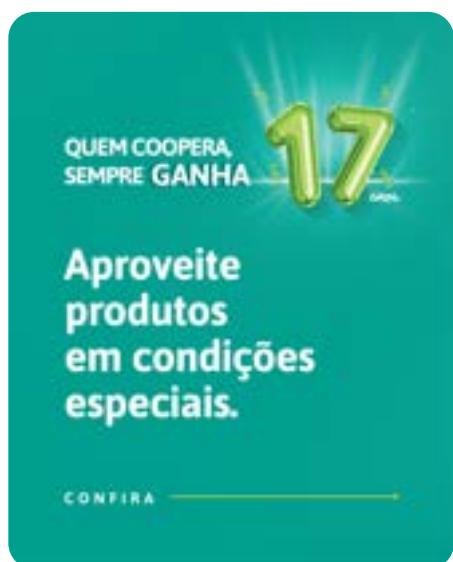
Camila Soriano e Fabrícia Ferraz são especialistas da área de Soluções Cooperac, que são o apoio das equipes do Sicoob Cooperac.

Elas dominam os assuntos relacionados aos produtos consórcios, Sipag, cartões, Coopera, Coopcerto, Tag e Cobrança Bancária. O trabalho desta dupla faz toda a diferença nas rotinas operacionais e comerciais da equipe.



A equipe de seguros é formada por Érika Medeiros, José Vinícius e Jéssica, que sabem tudo sobre as maiores seguradoras do país e estão aptos a esclarecer dúvidas sobre as apólices de seguros residencial, vida, empresarial e auto.

CAMPANHAS



SICOOB COOPERAC COMEMOROU 17 ANOS COM SORTEIOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA COOPERADOS

Em 2023, o Sicoob Cooperac comemorou 17 anos com ações comerciais para beneficiar seus cooperados.

Foram sorteadas cestas de chocolate para cooperados que investiram acima de R\$ 10 mil, no RDC e para aqueles que fizeram a troca de sua maquininha Sipag, para um modelo mais moderno.

Durante o mês de aniversário, os cooperados também tiveram acesso a benefícios em linhas especiais de capital de giro, crédito pessoal, financiamento de veículos e financiamento de projetos de energia fotovoltaica.

INTEGRALIZAÇÃO PREMIADA TERCEIRA EDIÇÃO DA CAMPANHA SORTEOU SEIS PRÊMIOS E MOBILIZOU OS COOPERADOS

O fortalecimento do capital é extremamente importante no cooperativismo. O volume de capital é utilizado para gerar novos negócios e, assim, a cadeia cooperativa se torna ainda mais benéfica a todos que fazem parte do sistema. Além disso, o capital dos cooperados pode ser remunerado até duas vezes ao ano, o que se torna um ótimo investimento.

E este foi o objetivo de mais uma edição da campanha Integralização Premiada, promovida pelo Sicoob Cooperac, de junho a dezembro de 2023.

A cada R\$ 300 integralizados os cooperados receberam um cupom para participar de seis sorteios.

Confira os ganhadores:



1



2



3



4



5



6

1 VALE-POUPANÇA NO VALOR DE R\$ 1.500,00
Viviane Comar da Costa

2 SMARTPHONE
Mauro Teruo

3 BICICLETA
Ana Maria Boz Bouza Cabarcos

4 NOTEBOOK
Mário Marsico, sócio da Viação Transmarsico Ltda

5 SMART TV 55 POLEGADAS
Edneia Ferreira Lima Aziani, representando a Metal Engenharia

6 MOTO HONDA BIZ
Dorival Luiz Balbino de Souza, representando a Riberball

COOPERAC ESTREITA LAÇOS COM AS ACIs

A Cooperac nasceu como a primeira cooperativa de empresários regional do Brasil. A Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto foi uma parceira importantíssima na criação e desenvolvimento da cooperativa.

Portanto, a relação com os empresários acontece de forma natural e muito consolidada na trajetória da Cooperac.

Sendo assim, a equipe de gerentes atua de forma intensa para oferecer produtos com condições especiais e atendimento consultivo, aos empresários associados às ACIs de Ribeirão Preto, Taquaritinga e Luiz Antônio.

As equipes comerciais atuam em parceria para que as facilidades e vantagens do cooperativismo financeiro sigam fortalecendo os empreendedores.



As equipes comerciais da ACIRP e da Cooperac estão em contato constante, para alinhar informações e oferecer os benefícios da parceria para as duas instituições



CONVÊNIO COM A ACIT

Em Taquaritinga, a parceria entre Cooperac e ACIT foi renovada em 21 de outubro, quando a ACIT festejou seus 50 anos, com um jantar que reuniu centenas de empresários da cidade.

Na ocasião, o diretor-presidente do Sicoob Cooperac, Cesar Augusto Campez Neto e o presidente da ACIT, Leandro Augusto Bossini, assinaram o contrato da parceria entre as duas instituições.



EVENTO COM EMPRESÁRIOS LA

E o fortalecimento entre Sicoob Cooperac, ACI Luiz Antônio e empresários ficou ainda mais evidente em um evento que reuniu os empreendedores, para que pudessem compartilhar suas demandas na gestão dos negócios e também para conhecerem melhor os diferenciais do cooperativismo de crédito.

PARCERIA COM SINCOVARP E CDL BENEFICIOU 99 EMPRESÁRIOS

O SINCOVARP – Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto e Região, a CDL Ribeirão Preto – Câmara de Dirigentes Lojistas, e o Sicoob Cooperac, firmaram parceria para disponibilizar linhas de crédito de até R\$ 20 mil, com 50% dos juros subsidiados pelas duas entidades representativas do Varejo.

Além disso, a proposta também incluiu condições especiais para serviços financeiros como maquininha de cartões (Sipag).

A parceria foi uma das ações práticas de acesso ao crédito do Movimento “Conexão Varejo: Empreender de ponta a ponta!”, maior iniciativa de qualificação e fomento ao Comércio Varejista já realizada em Ribeirão Preto e região, e que tem como co-realizadoras diversas instituições parceiras nas esferas privada e pública.

No ano de 2023 foram fechados 99 contratos, totalizando quase R\$ 2 milhões liberados em crédito. Para oferecer uma condição realmente diferenciada aos lojistas, a Cooperac reduziu a taxa de Capital de Giro em mais de 30%, e o Sincovarp subsidiou 50% da taxa e 50% do IOF para empresários associados e cooperados.



O presidente do Sincovarp e CDL, e conselheiro da Cooperac, Paulo César Garcia Lopes, e o diretor-presidente da Cooperac, Cesar Campez, assinam os termos da parceria.

NATAL PREMIADO LA

No final do ano de 2023, o Sicoob Cooperac teve o prazer de realizar, em parceria com a ACI de Luiz Antônio, uma campanha especial de Natal para mobilizar o comércio da cidade.

Para isso, a campanha Natal Premiado sorteou R\$ 15 mil em vales-compra aos consumidores que comprassem nas lojas participantes.

Foram distribuídos 20 vales de R\$ 500 e um grande prêmio de R\$ 5 mil, que foi entregue para Patrícia Torres.

A cooperativa agradece o envolvimento dos comerciantes que participaram da ação.



SOLIDARIEDADE



LEITE SOLIDÁRIO

O interesse pela comunidade é um dos sete princípios que regem o cooperativismo. E a Cooperac participa de várias ações pontuais, para contribuir com a manutenção de instituições de apoio às crianças e também organizações religiosas.

Um dos exemplos foi a campanha Leite Solidário, promovida em prol do Corassol, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, benficiante e filantrópica, que há mais de 35 anos intermedia ações entre quem disponibiliza recursos e quem deles necessita.

A entidade atende crianças, adolescentes, jovens, gestantes e pessoas com deficiência, em diversos programas.

Os PAs de Ribeirão Preto e Bonfim Paulista foram pontos de arrecadação de caixas de leite.

CAMPANHA DE INVERNO

Todos os anos o Sicoob Cooperac também contribui com as Campanhas de Inverno, dos Fundos Sociais das cidades onde atua. Em 2023, foram doados cobertores nas cidades de Ribeirão Preto, Luiz Antônio e Taquaritinga.



Empresa
que apoia
a criança

SICOOB
Cooperac

PROJETO
NADANDO
NA FRENTE



INCENTIVO AO ESPORTE

A cooperativa também é responsável pela manutenção de cinco crianças, do Projeto Nadando na Frente, que oferece aulas de natação, em Ribeirão Preto.

Há 4 anos o Sicoob Cooperac é um dos patrocinadores do time vitorioso do Futsal, de Ribeirão Preto e também apoia o esporte em Luiz Antônio.

CONSCIENTIZAÇÃO

OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL

A saúde é um tema muito relevante e que merece toda a atenção da equipe da Cooperac. Para conscientizar os colaboradores sobre a importância de prevenir o câncer de mama e de próstata, a equipe se reuniu em momentos de informação e descontração.



DIA DAS CRIANÇAS

O cooperativismo cresce a cada ano e ganha novos adeptos.

Para contribuir com esse movimento, de forma divertida, a Cooperac realizou uma ação especial de Dia das Crianças: “Divertido mesmo é cooperar”.

Os PAs receberam os filhos dos colaboradores para que eles entendessem melhor os conceitos básicos do cooperativismo.

O objetivo foi mostrar aos pequenos como é importante o trabalho que os pais realizam para a disseminação deste movimento fundamental para a comunidade e a economia.

Depois de fazer um tour pelas agências, as crianças fizeram um desenho representando o que entenderam da atividade, se deliciaram com um café da tarde especial e ganharam presentes.



EVENTOS



INOVA RIBEIRÃO

O Sicoob Cooperac marcou presença em mais uma edição do Inova Ribeirão.

A equipe da cooperativa participou dos três dias de evento compartilhando com os participantes os benefícios do cooperativismo financeiro.

Quem passou pelo estande também concorreu a deliciosas cestas de chocolates da cooperada Le Sofiah.

VENDE SICOOB

O gerente de relacionamento, Eli Adorno, e a gerente de PA, Carol Fiore, marcaram presença no Vende Sicoob, que é um super evento anual, promovido pelo Sicoob Nacional.

O encontro aconteceu no mês de abril, em Brasília. Durante a programação foram realizadas premiações, palestras e confraternizações.



VI Encontro de Lideranças do Cooperativismo Paulista

A diretora administrativa da Cooperac, Amanda Francine, e o coordenador de Estratégias de Negócios, Eduardo Malaguti, participaram do VI Encontro de Lideranças do Cooperativismo Paulista, que aconteceu em agosto e foi promovido pela Ocesp, em Ribeirão Preto.

A pauta incluiu diversos assuntos, como os impactos da Reforma Tributária para as cooperativas e os resultados do Planejamento Estratégico do Sistema Ocesp, para o quadriênio 2023-2026.



PENSE SICOOB

Brasília também foi a sede do evento Pense Sicoob, que reuniu lideranças dos Sistemas Regionais do Sicoob e de suas respectivas singulares, do Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e de instituições parceiras, bem como autoridades e formadores de opinião do Brasil e do mundo, para promover debates sobre assuntos relevantes para a consolidação estratégica do cooperativismo no cenário financeiro nacional.

Todas essas importantes discussões foram acompanhadas pela diretora administrativa da Cooperac, Amanda Francine Carvalhaes.



SICOOB COOPERAC NO MUNDO

Os debates sobre a força do cooperativismo acontecem mundo afora. Em novembro, o conselheiro administrativo Anselmo Buosi, participou do Intercâmbio Técnico Internacional do Cooperativismo de Crédito Paulista, realizado na

Universidade de Sant Gallen, na Suíça.

Com o objetivo de proporcionar uma formação de alta qualidade, relevante e atualizada em gestão, considerando as tendências para o setor financeiro cooperativo, o intercâmbio contou com curso de Gestão em Cooperativismo de Crédito e visitas técnicas em entidades e cooperativas suíças.



PACTO SISTÊMICO

A equipe do Sicoob Cooperac esteve presente ao evento Pacto Sistêmico de Estratégia, para o ciclo (2024-2026), que aconteceu em Itupeva.

O encontro, que aconteceu nos dias 31 de agosto e 1 de setembro, reuniu lideranças das cooperativas ligadas ao Sicoob Cecresp, para a elaboração de uma estratégia nacional que definirá os próximos passos do Sicoob.

A Cooperac foi representada pelo diretor-presidente, Cesar Augusto Campez Neto, diretor de Negócios, Maurício Donizeti, e pelo conselheiro administrativo, Anselmo Buosi.

VISITA SAROM

Em novembro, a equipe do Sicoob Cooperac esteve na cidade de São Roque de Minas, para conhecer o modelo de atuação do Sicoob Sarom. A missão empresarial que esteve na cidade foi organizada pelo Escritório Regional do Sebrae, em Ribeirão Preto.

Participaram lideranças públicas e privadas de Ribeirão Preto que conheceram o modelo desenvolvimentista de São Roque de Minas, embasado na vocação regional, identificação geográfica (queijo da canastra), bem como na essência do Cooperativismo (crédito, educacional, saúde, produtivo e muitos outros).

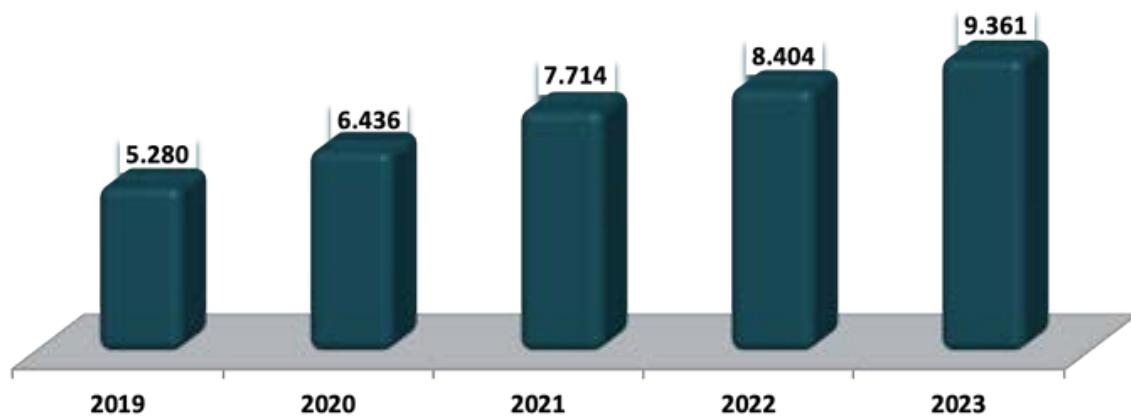


O Sicoob Cooperac foi representado pelos diretores Amanda Francine Carvalhaes e Maurício Donizeti; pela gerente do PA Ipiranga Ribeirão Preto, Milene Cravo Alvim e pelo conselheiro administrativo Paulo César Garcia Lopes. O anfitrião do encontro foi João Carlos Leite, presidente do Sicoob Sarom.

GRÁFICOS DO DESEMPENHO FINANCEIRO

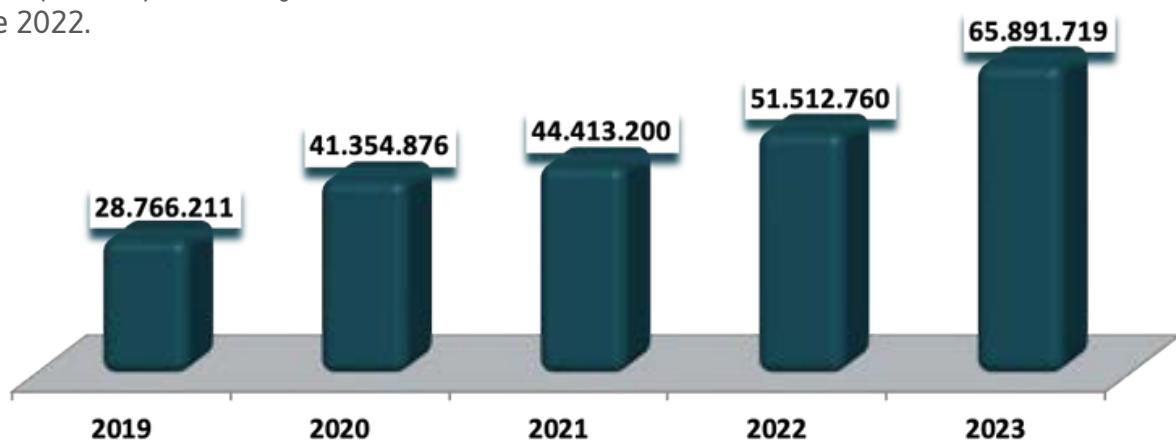
Quadro Social

Com 9.361 cooperados cadastrados ao final de 2023, a cooperativa apresenta um aumento de 957 novos cooperados, ou 11,39% de aumento no quadro social, em relação ao exercício de 2022.



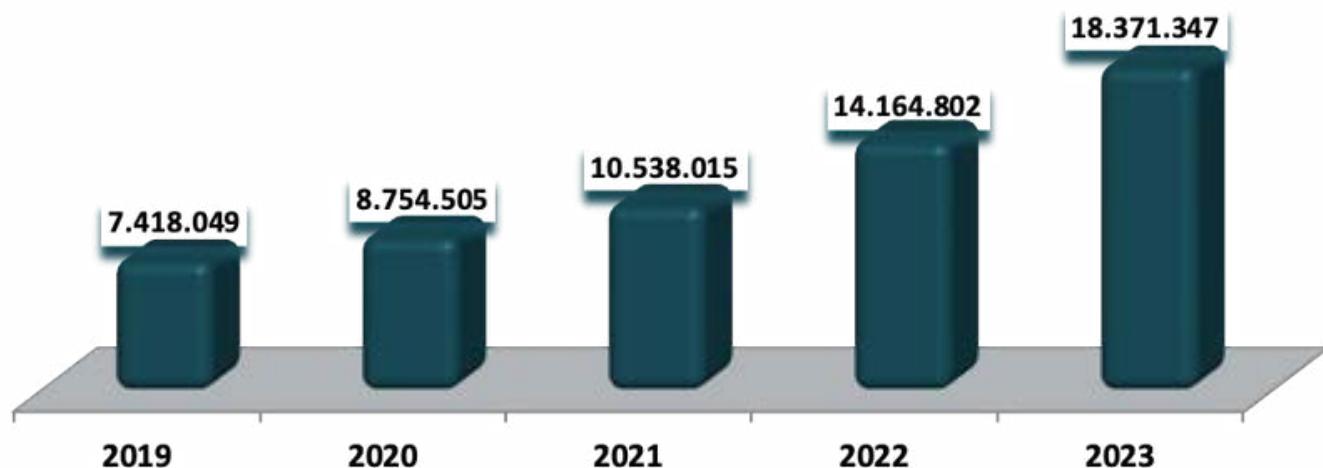
Operações de Crédito

A carteira de operações de crédito apresentou um aumento durante o ano de 2023, com um acréscimo de R\$ 14.378.959,00 (27,91%), em relação ao exercício de 2022.



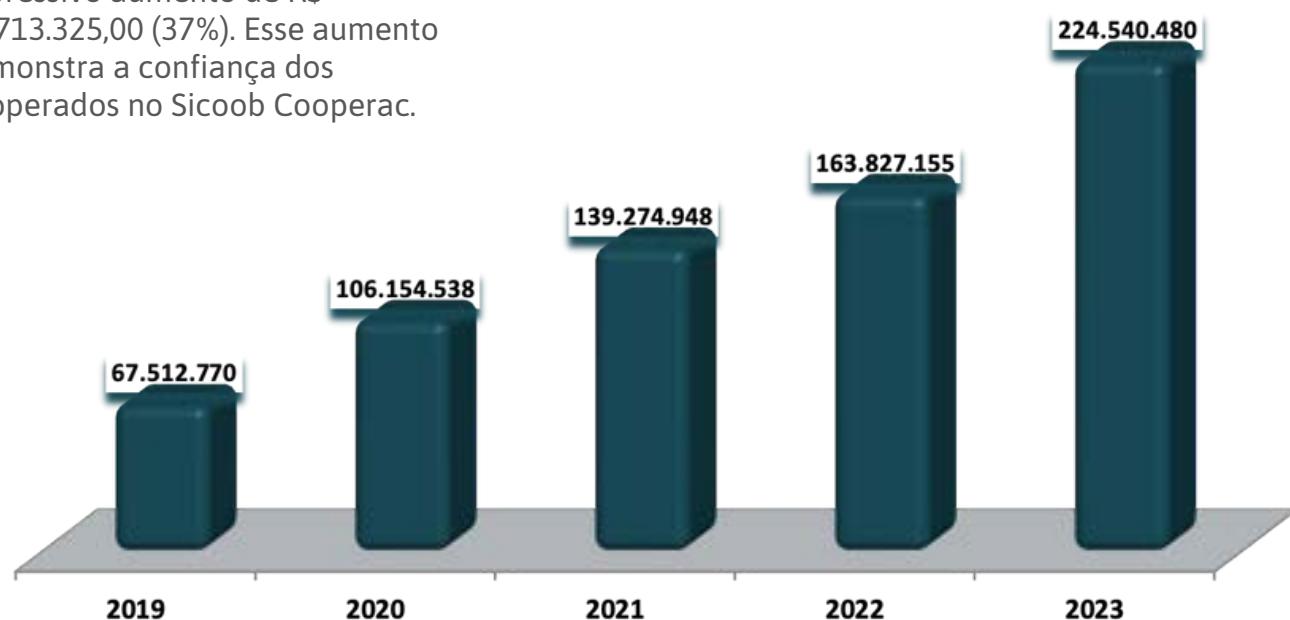
Capital Social

O capital social da cooperativa apresentou um grande avanço de um ano para outro, obtendo um crescimento de 29,70%.



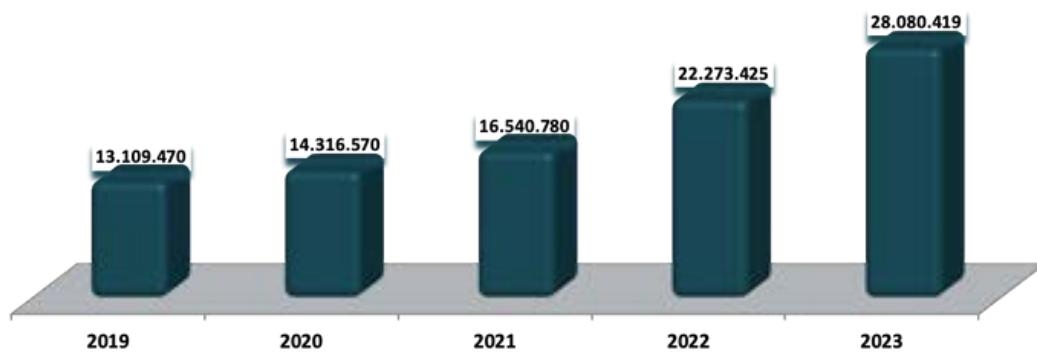
Depósitos Totais

Os depósitos totais apresentaram um expressivo aumento de R\$ 60.713.325,00 (37%). Esse aumento demonstra a confiança dos cooperados no Sicoob Cooperac.



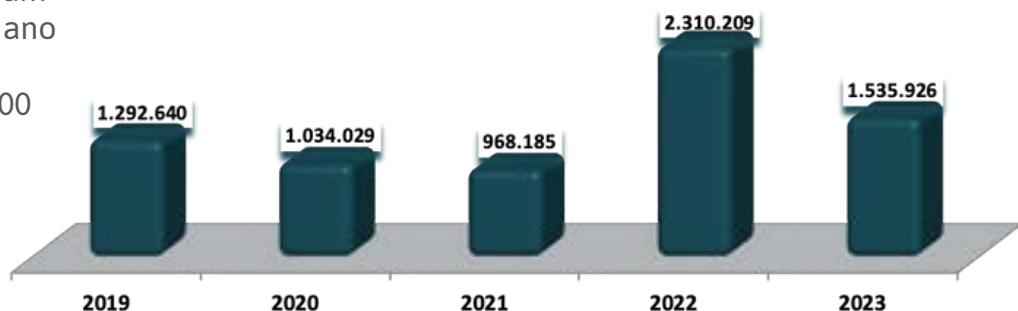
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresentou uma expansão de R\$ 5.806.994 (26%) durante o exercício de 2023.



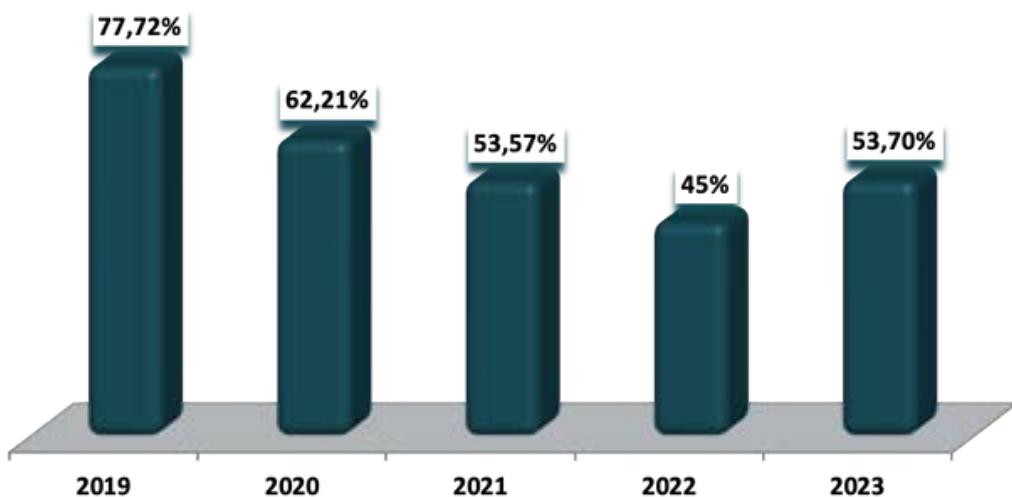
Sobras Líquidas

As sobras líquidas da cooperativa apresentaram uma diminuição de um ano para outro, com uma redução de R\$ 774.283,00 (-33,5%).



Centralização Financeira

Conforme a Política de Risco de Mercado e Liquidez do Sicoob, as filiadas com convênio deverão manter 30% na centralização financeira média.



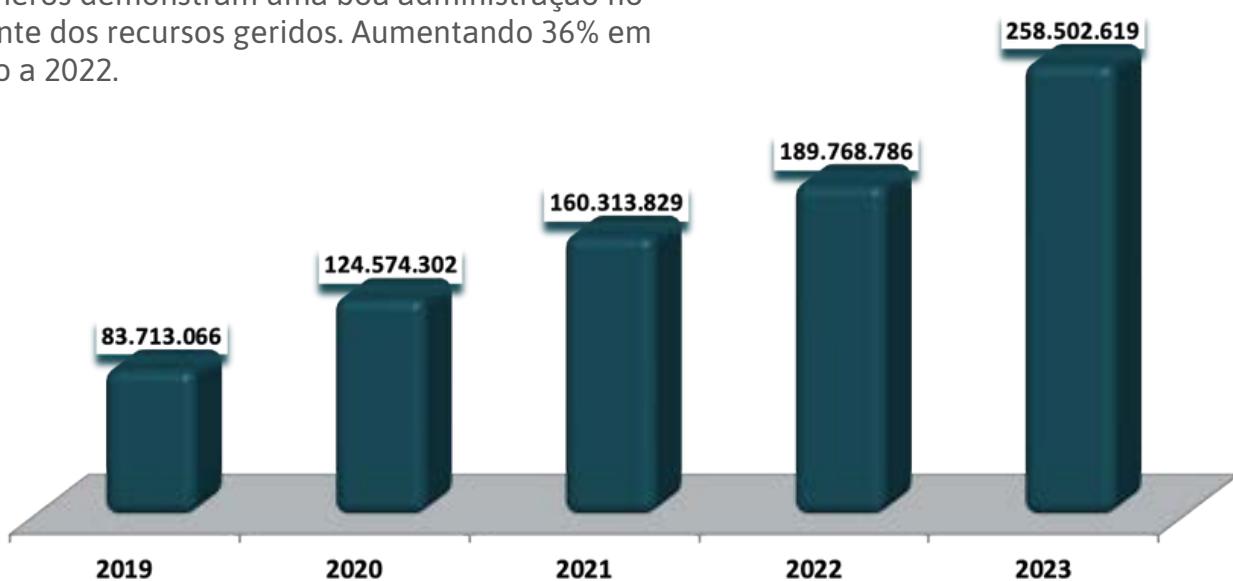
Limites

De acordo com o Art. 19, da Resolução CMN nº 4.677/18, o Limite de Exposição por cooperado, grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse econômico comum, excetuando o vínculo decorrente exclusivamente da associação a uma mesma cooperativa, não deve ser superior a 25% do Patrimônio de Referência, no caso das cooperativas de crédito singulares filiadas à Central.



Ativo

Ativos são os recursos administrados pela cooperativa, como aplicações financeiras, depósito, operações de crédito e todas as movimentações dentro da instituição. Os números demonstram uma boa administração no montante dos recursos geridos. Aumentando 36% em relação a 2022.





RELATÓRIO ANUAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB COOPERAC.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB COOPERAC é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando

limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,55% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB COOPERAC registrou o total de 29 (vinte e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de

RELATÓRIO ANUAL

providências relacionadas principalmente a **(atendimento, operações de crédito, conta corrente e compensação de cheques)**. Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	8,20%	4.425.554,92	4.090.302,91

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	11,39%	9.361	8.404

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	489,36%	1.497.687,71	254.119,40
Carteira Comercial	25,63%	64.394.030,91	51.258.641,09
Total	27,91%	65.891.718,62	51.512.760,49

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 37,66% da carteira, no montante de R\$ 24.926.949,09.



Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	12,06%	67.018.943,68	59.804.466,35
Depósitos sob aviso	13,05%	188.911,30	167.107,99
Depósitos a prazo	51,49%	157.332.625,32	103.855.580,58
Total	37,06%	224.540.480,30	163.827.154,92

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 24,22% da captação, no montante de R\$ 53.646.002,52.

Descrição	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	24,74%	25.262.196,66	20.251.494,65

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

RIBEIRÃO PRETO-SP, 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		258,502,619.30	189,768,785.51
DISPONIBILIDADES	4	1,723,063.65	1,101,554.42
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		258,872,502.72	190,103,880.61
Títulos e Valores Mobiliários	5	165,383,495.89	137,701,710.05
Relações Interfinanceiras	6	26,622,867.97	587.12
Centralização Financeira		26,622,867.97	587.12
Operações de Crédito	7	65,891,718.62	51,512,760.49
Outros Ativos Financeiros	8	974,420.24	888,822.95
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3,874,490.99)	(3,479,495.65)
(-) Operações de Crédito	7	(3,397,610.69)	(3,234,307.94)
(-) Outras	8.1	(476,880.30)	(245,187.71)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	107,482.54	46,287.04
OUTROS ATIVOS	10	478,481.02	856,274.94
IMOBILIZADO DE USO	11	2,248,447.46	1,972,147.92
INTANGÍVEL	12	6,999.00	6,999.00
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11	(1,059,866.10)	(838,862.77)
TOTAL DO ATIVO		258,502,619.30	189,768,785.51
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		258,502,619.30	189,768,785.51
DEPÓSITOS	13	224,540,480.30	163,827,154.92
Depósitos à Vista		67,018,943.68	59,804,466.35
Depósitos Sob Aviso		188,911.30	167,107.99
Depósitos a Prazo		157,332,625.32	103,855,580.58
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1,608,040.19	436,582.10
Relações Interfinanceiras	14	1,497,167.57	254,119.40
Repasses Interfinanceiros		1,497,167.57	254,119.40
Outros Passivos Financeiros	15	110,872.62	182,462.70
PROVISÕES	16	532,267.32	238,794.72
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	428,768.47	317,725.98
OUTROS PASSIVOS	18	3,312,644.83	2,675,102.90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28,080,418.19	22,273,424.89
CAPITAL SOCIAL	19	18,371,347.35	14,164,801.72
RESERVAS DE SOBRAS	19.b	8,173,144.46	5,798,414.16
SOBRAS ACUMULADAS	19.e	1,535,926.38	2,310,209.01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		258,502,619.30	189,768,785.51

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	21	18,928,596.33	36,234,523.15	27,324,242.21
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.c	10,366,537.02	19,368,637.44	15,192,112.48
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22	(10,167,350.12) (19,253,580.23) (14,054,014.20)		
Operações de Captação no Mercado		(8,380,289.69) (15,450,023.09) (10,884,348.55)		
Operações de Empréstimos e Repasses		(45,234.53) (64,296.87) (22,262.77)		
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1,741,825.90) (3,739,260.27) (3,147,402.88)		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		8,761,246.21	16,980,942.92	13,270,228.01
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(6,322,718.16) (11,864,587.28) (8,681,099.97)		
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	3,119,969.66	5,625,447.97	4,690,047.91
Rendas de Tarifas	24	849,752.27	1,679,732.89	1,398,750.06
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(5,463,369.29) (10,181,645.97) (7,780,738.03)		
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(4,686,198.11) (8,948,100.57) (7,957,220.16)		
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(103,066.46) (207,763.67) (144,797.00)		
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	894,016.75	1,567,839.66	1,723,021.85
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(933,822.98) (1,400,097.59) (610,164.60)		
PROVISÕES	30	(128,034.51) (293,472.60) (124,648.91)		
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	(10,448.94)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(128,034.51) (293,472.60) (114,199.97)		
RESULTADO OPERACIONAL		2,310,493.54	4,822,883.04	4,464,479.13
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	(50,832.86) (60,056.58)		11,130.03
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2,259,660.68	4,762,826.46	4,475,609.16
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	18.a	(337,271.54) (337,271.54)		(385,306.25)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1,922,389.14	4,425,554.92	4,090,302.91

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO ANUAL

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2,259,660.68	4,762,826.46	4,475,609.16
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(337,031.00)	(337,031.00)	(242,403.17)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(60,393.98)	(41,678.75)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1,741,825.90	3,739,260.27	3,147,402.88
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		128,034.51	293,472.60	114,199.97
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	10,448.94
Depreciações e Amortizações		119,998.34	221,003.31	180,487.15
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		3,912,488.43	8,619,137.66	7,644,066.18
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Titulos e Valores Mobiliários		492,797.66	920,506.89	2,261,061.75
Operações de Crédito		(8,584,574.22)	(17,270,895.89)	(9,112,226.87)
Outros Ativos Financeiros		(93,982.78)	(537,924.46)	(673,732.12)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(35,821.10)	(61,195.50)	(26,103.38)
Outros Ativos		52,852.26	377,793.92	(737,576.20)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		8,483,736.95	7,214,477.33	1,575,797.89
Depósitos sob Aviso		10,943.72	21,803.31	18,399.69
Depósitos a Prazo		34,421,490.11	53,477,044.74	22,958,009.30
Relações Interfinanceiras		865,539.37	1,243,048.17	(95,999.51)
Outros Passivos Financeiros		(39,801.88)	(71,590.08)	(1,164,551.60)
Provisões		-	-	(10,448.94)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		84,296.59	111,042.49	81,765.99
Outros Passivos		(2,776,032.82)	(1,669,706.83)	(1,528,418.06)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	(346,531.34)	(160,442.99)
FATES - Atos Cooperativos		(267,668.98)	(267,668.98)	(266,427.44)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(111,494.94)
Reversão/Realização de Fundos		221,112.09	221,112.09	231,936.48
Imposto de Renda Pago		-	-	(32,936.26)
Contribuição Social Pago		-	-	(32,132.36)
CAIXA LÍQUIDO APlicado / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		36,747,375.40	51,980,453.52	20,818,546.61
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	8,101.15	-
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	52,292.83	41,678.75

Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval.	337,031.00	337,031.00	242,403.17	
Custo				
Aquisição de Imobilizado de Uso	(13,668.00)	(276,299.52)	(207,584.98)	
Aquisição de Investimentos	(492,797.66)	(920,506.89)	(482,062.94)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(169,434.66)	(799,381.43)	(405,566.00)	
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	1,916,803.12	2,859,045.04	2,612,357.33	
Devolução de Capital aos Cooperados	(404,646.28)	(1,007,397.53)	(603,744.01)	
Estorno de Capital	(22.00)	(1,641.39)	-	
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(2,394.07)	(1,352.36)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1,896,891.78	1,896,891.78	1,405,548.83	
Outros Eventos/Reservas	-	-	(21,168.25)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3,409,026.62	3,744,503.83	3,391,641.54	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39,986,967.36	54,925,575.92	23,804,622.15	
Modificações Liquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	153,742,460.15	138,803,851.59	114,999,229.44
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	193,729,427.51	193,729,427.51	138,803,851.59
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		39,986,967.36	54,925,575.92	23,804,622.15

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/2021	11.165.515,47	(627.500,78)	4.649.057,38	385.522,70	968.184,95	16.540.779,72
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES	0,00	0,00	0,00	0,00	(160.442,99)	(160.442,99)
Constituição de Reservas	0,00	0,00	213.977,28	481.488,88	(695.466,16)	0,00
Distribuição de sobras para associados	212.624,88	0,00	0,00	0,00	(213.977,24)	(1.352,36)
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	(19.270,01)	0,00	(1.898,24)	(21.168,25)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.847.722,45	(235.365,12)	0,00	0,00	0,00	2.612.357,33
Por Devolução (-)	(603.744,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(603.744,01)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	0,00	(711.644,39)	711.644,39	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	231.936,48	231.936,48
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.090.302,91	4.090.302,91

RELATÓRIO ANUAL

Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.442.870,39)	(1.442.870,39)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.548,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.548,83
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	799.282,32	0,00	(799.282,32)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(266.427,44)	(266.427,44)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(111.494,94)	(111.494,94)
Saldos em 31/12/2022	15.027.667,62	(862.865,90)	5.643.046,97	155.367,19	2.310.209,01	22.273.424,89
Saldos em 31/12/2022	15.027.667,62	(862.865,90)	5.643.046,97	155.367,19	2.310.209,01	22.273.424,89
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES	19.d	0,00	0,00	0,00	0,00	(346.531,34)
Constituição de Reservas	19.d	0,00	0,00	924.083,61	577.552,26	(1.501.635,87)
Distribuição de sobras para associados	19.d	459.647,73	0,00	0,00	0,00	(462.041,80)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.056.535,23	(197.490,19)	0,00	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(1.007.397,53)	0,00	0,00	0,00	(1.007.397,53)
Estorno de Capital		(1.641,39)	0,00	0,00	0,00	(1.641,39)
Reversão/Realização de Reservas	19.e	0,00	0,00	0,00	(732.919,45)	732.919,45
Reversão/Realização de Fundos	19.e	0,00	0,00	0,00	0,00	221.112,09
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	4.425.554,92
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.969.977,22)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	19.f	1.896.891,78	0,00	0,00	0,00	1.896.891,78
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	19.e	0,00	0,00	1.338.344,90	0,00	(1.338.344,90)
Outras Destinações das Sobras do Período	19.c	0,00	0,00	0,00	267.668,98	(267.668,98)
FATES - Atos Cooperativos	19.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(267.668,98)
Saldos em 31/12/2023	19.431.703,44	(1.060.356,09)	7.905.475,48	267.668,98	1.535.926,38	28.080.418,19
Saldos em 30/06/2023	15.961.177,73	(998.857,00)	6.567.130,58	732.919,45	2.503.165,78	24.765.536,54
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.978.302,21	(61.499,09)	0,00	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(404.646,28)	0,00	0,00	0,00	(404.646,28)
Estorno de Capital		(22,00)	0,00	0,00	0,00	(22,00)
Reversão/Realização de Reservas	19.e	0,00	0,00	0,00	(732.919,45)	732.919,45
Reversão/Realização de Fundos	19.e	0,00	0,00	0,00	0,00	221.112,09
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	1.922.389,14
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.969.977,22)

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCIERA								
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	19.f	1.896.891,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896.891,78
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	19.e	0,00	0,00	1.338.344,90	0,00	(1.338.344,90)	0,00	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	19.c	0,00	0,00	0,00	267.668,98	(267.668,98)	0,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos	19.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(267.668,98)	(267.668,98)	
Saldos em 31/12/2023		19.431.703,44	(1.060.356,09)	7.905.475,48	267.668,98	1.535.926,38	28.080.418,19	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.922.389,14	4.425.554,92	4.090.302,91
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.922.389,14	4.425.554,92	4.090.302,91

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EM REAIS (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB COOPERAC**, doravante denominado **SICOOB COOPERAC**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/06/2006**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPERAC, sediado à **AVENIDA NOVE DE JULHO, N° 791, CENTRO, RIBEIRÃO PRETO - SP**, possui: 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIBEIRÃO PRETO - SP, TAQUARITINGA - SP, LUIZ ANTÔNIO - SP e 1 Posto de Atendimento Digital. O SICOOB COOPERAC tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **30 de janeiro de 2024**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

RELATÓRIO ANUAL

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei n.º 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB n.º 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB n.º 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) **Resolução BCB n.º 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;
- iv) **Instrução Normativa BCB n.º 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN n.º 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB n.º 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de

instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a

RELATÓRIO ANUAL

suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

RELATÓRIO ANUAL

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Investimentos (se aplicável)

Representam investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

l) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.



RELATÓRIO ANUAL

q) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

r) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

RELATÓRIO ANUAL

O SICOOB COOPERAC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	1.723.063,65	1.101.554,42
Títulos e Valores Mobiliários	165.383.495,89	137.701.710,05
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	26.622.867,97	587,12
TOTAL	193.729.427,51	138.803.851,59

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022

	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	3.181.213,64	-	3.181.213,64	2.260.706,75	-	2.260.706,75
Participação em Cooperativa, Exceto Cooperativa Central de Crédito	355,00	-	355,00	355,00	-	355,00
Títulos de Renda Fixa (b)	118.255.620,72	-	118.255.620,72	96.871.514,55	-	96.871.514,55
Cotas de Fundos de Investimento (c)	43.946.306,53	-	43.946.306,53	38.569.133,75	-	38.569.133,75
TOTAL	165.383.495,89	-	165.383.495,89	137.701.710,05	-	137.701.710,05

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

(c) As Cotas de Fundos de Investimento refere-se a aplicação no Fundo Cecresp com remuneração média de 106,45% no exercício.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	7.608.209,81	13.991.464,66	10.876.716,50
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	2.758.327,21	5.377.172,78	4.315.395,98
TOTAL	10.366.537,02	19.368.637,44	15.192.112,48

6. Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as outras relações interfinanceiras estão assim compostas:

RELATÓRIO ANUAL

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização financeira - Cooperativas	26.622.867,97	-	-	587,12	-	-
Total	26.622.867,97	-	-	587,12	-	-

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	34.289.225,73	21.231.777,27	55.521.003,00	32.221.808,09	13.295.798,80	45.517.606,89
Financiamentos	3.461.664,68	5.411.363,23	8.873.027,91	2.015.857,30	3.725.176,90	5.741.034,20
Financiamentos Rurais	1.285.440,23	212.247,48	1.497.687,71	117.988,84	136.130,56	254.119,40
Total de Operações de Crédito	39.036.330,64	26.855.387,98	65.891.718,62	34.355.654,23	17.157.106,26	51.512.760,49
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.430.670,59)	(966.940,10)	(3.397.610,69)	(2.547.253,25)	(687.054,69)	(3.234.307,94)
TOTAL	36.605.660,05	25.888.447,88	62.494.107,93	31.808.400,98	16.470.051,57	48.278.452,55

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	2.574.284,35	931.622,18	-	3.505.906,53		4.314.353,38	
A 0,5% Normal	22.458.282,29	4.173.953,79	956.734,63	27.588.970,71	(137.944,85)	16.097.893,12	(80.489,47)
B 1% Normal	17.352.750,29	2.748.595,95	540.953,08	20.642.299,32	(206.422,99)	16.399.958,69	(163.999,59)
B 1% Vencidas	39.143,93	-	-	39.143,93	(391,44)	54.632,49	(546,32)
C 3% Normal	8.269.586,49	699.451,79	-	8.969.038,28	(269.071,15)	9.209.881,94	(276.296,46)
C 3% Vencidas	143.071,10	-	-	143.071,10	(4.292,13)	83.869,99	(2.516,10)
D 10% Normal	1.203.662,96	169.572,61	-	1.373.235,57	(137.323,56)	1.823.138,42	(182.313,84)
D 10% Vencidas	95.977,55	-	-	95.977,55	(9.597,76)	306.893,01	(30.689,30)

E	30%	Normal	368.281,35	21.190,14	-	389.471,49	(116.841,45)	293.948,26	(88.184,48)
E	30%	Vencidas	359.356,22	114.582,88	-	473.939,10	(142.181,73)	221.266,04	(66.379,81)
F	50%	Normal	86.253,15	-	-	86.253,15	(43.126,58)	194.013,94	(97.006,97)
F	50%	Vencidas	215.681,84	-	-	215.681,84	(107.840,92)	314.188,04	(157.094,02)
G	70%	Normal	144.154,85	-	-	144.154,85	(100.908,40)	5.680,99	(3.976,69)
G	70%	Vencidas	343.027,49	-	-	343.027,49	(240.119,24)	360.758,56	(252.530,99)
H	100%	Normal	193.475,05	14.058,57	-	207.533,62	(207.533,62)	194.187,57	(194.187,57)
H	100%	Vencidas	1.674.014,09	-	-	1.674.014,09	(1.674.014,09)	1.638.096,05	(1.638.096,05)
Total Normal		52.650.730,78	8.758.445,03	1.497.687,71	62.906.863,52	(1.219.172,60)	48.533.056,31	(1.086.455,07)	
Total Vencidos		2.870.272,22	114.582,88	-	2.984.855,10	(2.178.437,31)	2.979.704,18	(2.147.852,59)	
Total Geral		55.521.003,00	8.873.027,91	1.497.687,71	65.891.718,62	(3.397.609,91)	51.512.760,49	(3.234.307,66)	
Provisões		(3.246.330,41)	(141.087,08)	(10.193,20)	(3.397.610,69)			(3.234.307,94)	
Total Líquido		52.274.672,59	8.731.940,83	1.487.494,51	62.494.107,93			48.278.452,55	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	21.228.554,41	13.060.671,32	21.231.777,27	55.521.003,00	45.517.606,89
Financiamentos	937.936,41	2.523.728,27	5.411.363,23	8.873.027,91	5.741.034,20
Financiamentos Rurais	29.873,87	1.255.566,36	212.247,48	1.497.687,71	254.119,40
TOTAL	22.196.364,69	16.839.965,95	26.855.387,98	65.891.718,62	51.512.760,49

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	5.450.000,27	886.276,74	-	9,62%	6.336.277,01	3.735.002,95
Setor Privado - Indústria	33.467,93	728.458,60	-	1,16%	761.926,53	21.371,81
Setor Privado - Serviços	41.262.353,99	5.962.748,33	540.953,08	72,49%	47.766.055,40	42.641.334,24
Pessoa Física	8.775.180,81	1.295.544,24	956.734,63	16,74%	11.027.459,68	5.115.051,49
TOTAL	55.521.003,00	8.873.027,91	1.497.687,71	100,00%	65.891.718,62	51.512.760,49



RELATÓRIO ANUAL

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(3.234.307,94)	(2.493.105,52)
Constituições	(5.901.574,52)	(5.099.921,95)
Reversões	2.846.334,01	2.346.053,39
Transferência para prejuízo no período	2.891.937,76	2.012.666,14
Saldo Final	(3.397.610,69)	(3.234.307,94)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	3.980.549,82	6,01%	2.096.843,60	4,42%
10 Maiores Devedores	20.048.944,82	30,29%	9.108.112,72	19,18%
50 Maiores Devedores	31.924.159,91	48,24%	17.473.327,42	36,80%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	7.657.266,51	5.819.021,93
Valor das operações recuperadas no período	(3.045.193,20)	(1.652.831,39)
Valor das operações transferidas no período	5.070.671,11	3.491.075,97
Saldo Final	9.682.744,42	7.657.266,51

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	617.524,86	-	617.524,86	321.696,71	-	321.696,71
Rendas a Receber (b)	280.412,82	-	280.412,82	502.396,96	-	502.396,96
Títulos e Créditos a Receber (c)	76.482,56	-	76.482,56	64.729,28	-	64.729,28
TOTAL	974.420,24	-	974.420,24	888.822,95	-	888.822,95

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	32.820,19	-	32.820,19	34.080,48	-	34.080,48
Rendas de Cartões	206.100,35	-	206.100,35	129.073,40	-	129.073,40
Rendas de Poupança	23.163,87	-	23.163,87	-	-	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	18.293,78	-	18.293,78	339.243,08	-	339.243,08
Outras Rendas a Receber	34,63	-	34,63	-	-	-
TOTAL	280.412,82	-	280.412,82	502.396,96	-	502.396,96

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 76.482,56); e outros (R\$ 0,00);

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

RELATÓRIO ANUAL

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(476.880,30)	-	(476.880,30)	(245.187,71)	-	(245.187,71)
TOTAL	(476.880,30)	-	(476.880,30)	(245.187,71)	-	(245.187,71)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	Normal	27.497,69	27.497,69	(8.249,31)	-	-
E	30%	Vencidas	136.687,69	136.687,69	(41.006,31)	83.955,97	(25.186,79)
F	50%	Normal	11.371,18	11.371,18	(5.685,59)	-	-
F	50%	Vencidas	23.765,93	23.765,93	(11.882,97)	21.649,23	(10.824,62)
G	70%	Vencidas	27.154,28	27.154,28	(19.008,00)	23.050,74	(16.135,52)
H	100%	Vencidas	391.048,09	391.048,09	(391.048,09)	193.040,77	(193.040,77)
Total Normal			38.868,87	38.868,87	(13.934,90)	-	-
Total Vencidos			578.655,99	578.655,99	(462.945,37)	321.696,71	(245.187,70)
Total Geral			617.524,86	617.524,86	(476.880,27)	321.696,71	(245.187,70)
Provisões			(476.880,26)	(476.880,26)		(245.187,69)	
Total Líquido			140.644,60	140.644,60		76.509,02	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total

Impostos e Contribuições a Compensar	107.204,89	-	107.204,89	46.009,39	-	46.009,39
Imposto de Renda a Recuperar	277,65	-	277,65	277,65	-	277,65
TOTAL	107.482,54	-	107.482,54	46.287,04	-	46.287,04

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	47.384,92	-	47.384,92	31.664,88	-	31.664,88
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	400,00	-	400,00	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	-	-	-	26.962,66	-	26.962,66
Devedores Diversos – País (a)	368.200,05	-	368.200,05	727.529,22	-	727.529,22
Material em Estoque	-	-	-	2.527,50	-	2.527,50
Despesas Antecipadas (b)	62.496,05	-	62.496,05	67.590,68	-	67.590,68
TOTAL	478.481,02	-	478.481,02	856.274,94	-	856.274,94

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	329.977,97	-	329.977,97	674.943,78	-	674.943,78
Diferença de Caixa	239,61	-	239,61	300,00	-	300,00
Pendências Avais	37.982,47	-	37.982,47	52.285,44	-	52.285,44
TOTAL	368.200,05	-	368.200,05	727.529,22	-	727.529,22

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

RELATÓRIO ANUAL

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso		-	58.251,07
Instalações	10%	208.280,08	208.280,08
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.037.066,34	925.754,89
Sistema de Processamento de Dados	20%	622.489,23	550.804,35
Sistema de Segurança	10%	133.790,49	76.427,29
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		246.821,32	152.630,24
Total de Imobilizado de Uso		2.248.447,46	1.972.147,92
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(97.196,17)	(78.591,25)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(856.582,18)	(679.109,20)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(99.088,75)	(74.163,32)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.052.867,10)	(831.863,77)
TOTAL		1.195.580,36	1.140.284,15

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	6.999,00	6.999,00
Intangivel		6.999,00	6.999,00
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(6.999,00)	(6.999,00)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(6.999,00)	(6.999,00)

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista	67.018.943,68	-	67.018.943,68	59.804.466,35	-	59.804.466,35
Depósito Sob Aviso	188.911,30	-	188.911,30	167.107,99	-	167.107,99
Depósito a Prazo	156.779.546,24	553.079,08	157.332.625,32	103.855.580,58	-	103.855.580,58
TOTAL	223.987.401,22	553.079,08	224.540.480,30	163.827.154,92	-	163.827.154,92

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	20.347.585,15	9,19%	6.743.405,49	4,16%
10 Maiores Depositantes	41.711.649,62	18,83%	24.122.180,87	14,89%
50 Maiores Depositantes	77.828.418,17	35,14%	54.247.454,29	33,49%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

RELATÓRIO ANUAL

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10.943,72)	(21.803,31)	(18.399,69)
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.219.436,42)	(15.151.987,13)	(10.643.277,07)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(149.909,55)	(276.232,65)	(222.671,79)
TOTAL	(8.380.289,69)	(15.450.023,09)	(10.884.348,55)

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	1.284.920,09	212.247,48	1.497.167,57	117.988,84	136.130,56	254.119,40
TOTAL	1.284.920,09	212.247,48	1.497.167,57	117.988,84	136.130,56	254.119,40

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(45.234,53)	(64.296,87)	(22.262,77)
TOTAL	(45.234,53)	(64.296,87)	(22.262,77)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022

ANEXO 1

	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	36.131,92	-	36.131,92	145.020,00	-	145.020,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.774,65	-	7.774,65	6.274,32	-	6.274,32
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	66.966,05	-	66.966,05	31.168,38	-	31.168,38
TOTAL	110.872,62	-	110.872,62	182.462,70	-	182.462,70

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio Saneamento	111,92	-	111,92	-	-	-
Ordens de Pagamento	36.000,00	-	36.000,00	145.000,00	-	145.000,00
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	20,00	-	-	20,00	-	20,00
TOTAL	36.131,92	-	36.131,92	145.020,00	-	145.020,00

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	66.652,13	-	66.652,13	30.903,52	-	30.903,52
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	313,92	-	313,92	264,86	-	264,86
TOTAL	66.966,05	-	66.966,05	31.168,38	-	31.168,38

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	317.220,60	215.046,72	532.267,32	200.893,34	37.901,38	238.794,72

RELATÓRIO ANUAL

TOTAL	317.220,60	215.046,72	532.267,32	200.893,34	37.901,38	238.794,72
-------	------------	------------	------------	------------	-----------	------------

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	16.601.220,80	9.634.960,83
TOTAL	16.601.220,80	9.634.960,83

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPERAC, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 64.665,33**. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	25.766,18	-	25.766,18	20.790,67	-	20.790,67
Impostos e Contribuições sobre Salários	312.996,83	-	312.996,83	222.561,64	-	222.561,64
Outros (a)	90.005,46	-	90.005,46	74.373,67	-	74.373,67

TOTAL	428.768,47	-	428.768,47	317.725,98	-	317.725,98
--------------	------------	---	------------	------------	---	------------

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	51.793,29	-	51.793,29	50.966,33	-	50.966,33
ISSQN a recolher	6.749,19	-	6.749,19	5.988,94	-	5.988,94
PIS faturamento a recolher	903,88	-	903,88	-	-	-
COFINS a recolher	5.692,40	-	5.692,40	-	-	-
IRRF sobre juros ao capital	24.866,70	-	24.866,70	17.418,40	-	17.418,40
TOTAL	90.005,46	-	90.005,46	74.373,67	-	74.373,67

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	1.939.741,68	-	1.939.741,68	1.282.346,79	-	1.282.346,79
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	154.554,94	-	154.554,94	126.752,52	-	126.752,52
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.096.470,75	-	1.096.470,75	1.199.783,77	-	1.199.783,77
Credores Diversos – País (d)	121.877,46	-	121.877,46	66.219,82	-	66.219,82
TOTAL	3.312.644,83	-	3.312.644,83	2.675.102,90	-	2.675.102,90

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total

RELATÓRIO ANUAL

Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	337.271,54	-	337.271,54	385.306,25	-	385.306,25
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	831.459,53	-	831.459,53	519.118,16	-	519.118,16
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	771.010,61	-	771.010,61	377.922,38	-	377.922,38
TOTAL	1.939.741,68	-	1.939.741,68	1.282.346,79	-	1.282.346,79

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	701.769,98	-	701.769,98	565.632,41	-	565.632,41
Custos de Transações Interfinanceiras	34.640,16	-	34.640,16	365.991,83	-	365.991,83
Seguro Prestamista	25.292,23	-	25.292,23	23.099,39	-	23.099,39
Despesas com Cartões	32.504,18	-	32.504,18	44.945,77	-	44.945,77
Segurança e Vigilância	45.015,81	-	45.015,81	41.031,91	-	41.031,91

RESUMO DE DESPESAS E PROVISÕES						
VALORES EM R\$ MILHÕES						

Manutenção e Conservação de Bens	61.825,45	-	61.825,45	750,00	-	750,00
Transporte	21.504,13	-	21.504,13	23.196,10	-	23.196,10
Seguro	1.282,61	-	1.282,61	-	-	-
Compensação	18.915,96	-	18.915,96	17.774,41	-	17.774,41
Aluguéis	4.606,87	-	4.606,87	6.614,90	-	6.614,90
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	149.113,37	-	149.113,37	110.747,05	-	110.747,05
TOTAL	1.096.470,75	-	1.096.470,75	1.199.783,77	-	1.199.783,77

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	3.769,28	-	3.769,28	168,00	-	168,00
Saldos Credores - Encerramento C/C	836,11	-	836,11	329,78	-	329,78
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	17.267,21	-	17.267,21	12.752,23	-	12.752,23
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	4.906,35	-	4.906,35	856,03	-	856,03
Diferença de Caixa	5.710,45	-	5.710,45	2.022,75	-	2.022,75
Pendências a Regularizar	89.388,06	-	89.388,06	50.091,03	-	50.091,03
TOTAL	121.877,46	-	121.877,46	66.219,82	-	66.219,82

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	18.371.347,35	14.164.801,72

RELATÓRIO ANUAL

Quantidade de Cooperados	9.361	8.404
--------------------------	-------	-------

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva de Expansão

A reserva de expansão é constituída por recursos oriundos das sobras anuais brutas da cooperativa, já descontados os valores destinados ao Fundo de Reserva Legal e ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sendo que, seu percentual e valor é proposto pelo Conselho de Administração e definido em cada Assembleia Geral Ordinária por votação dos cooperados. Os recursos destinam-se: Abertura de novos postos de atendimento, expansão das instalações já existentes, implantação e modernização tecnológica e resultados deficitários reais dos novos postos de atendimento até a data do ponto de equilíbrio ou estabilidade financeira.

Houve a reversão total do Fundo de Expansão no valor de R\$ 732.919,45 devida a utilização da reserva no decorrer do exercício. Porém, houve nova constituição de 10% das sobras do exercício 2023, no valor de R\$ 267.668,98.

d) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- 40% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 924.083,61;
- 20% para Conta Capital, no valor de R\$ 462.041,80;
- 25% para Fundo de Expansão, no valor de R\$ 577.552,26;
- 15% para Fates, no valor de R\$ 346.531,34.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	2.455.577,70	2.647.432,52
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	(111.494,93)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	221.112,09	231.936,48
(-) Ajuste de Resultado de Exercícios Anteriores	-	(103.599,68)
Base de cálculo das destinações	2.676.689,79	2.664.274,39
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (50%)	(1.338.344,90)	(799.282,32)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (10%)	(267.668,98)	(266.427,44)
(-) Destinação para Fundo de Expansão (10%)	(267.668,98)	-
(+) Reversão/Realização de Reservas	732.919,45	711.644,39
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.535.926,38	2.310.209,02

e.1) 50% para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

e.2) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ (1.969.977,22) e 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ (2.885.740,78). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e

RELATÓRIO ANUAL

municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	1.439.941,05	1.604.091,35
Despesas específicas de atos não cooperativos	(359.557,16)	(169.548,66)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(584.645,25)	(657.087,96)
Resultado operacional	495.738,64	777.454,73
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(60.056,58)	11.130,03
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	435.682,06	788.584,76
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16 (a)	(759.200,21)	(677.089,83)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(323.518,15)	111.494,93

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	154.402,01	289.581,05	222.487,93
Rendas de Empréstimos	6.236.465,31	11.938.507,34	8.784.420,97
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.128.256,49	2.235.982,25	2.053.129,08
Rendas de Financiamentos	739.333,37	1.252.215,77	665.543,98
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	4.119,42	4.119,42	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	4.428,21	4.428,21	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	17.673,91	31.516,95	22.262,77
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	19.215,72	24.542,91	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	258.164,87	1.084.991,81	384.285,00
TOTAL	8.562.059,31	16.865.885,71	12.132.129,73

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(8.380.289,69)	(15.450.023,09)	(10.884.348,55)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(45.234,53)	(64.296,87)	(22.262,77)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.741.825,90)	(3.739.260,27)	(3.147.402,88)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	912.301,08	1.597.697,31	1.129.293,72
Reversões de Provisões para Outros Créditos	35.331,13	72.913,82	16.337,81
Provisões para Operações de Crédito	(2.288.256,49)	(4.652.937,82)	(3.883.162,28)
Provisões para Outros Créditos	(401.201,62)	(756.933,58)	(409.872,13)
TOTAL	(10.167.350,12)	(19.253.580,23)	(14.054.014,20)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	1.260.571,26	2.580.702,32	2.761.506,71
Rendas por Serviços de Pagamento	886.621,17	1.169.572,78	-
Rendas de Convênios	59.260,21	121.061,79	120.264,31
Rendas de Comissão	578.727,35	1.055.457,66	851.900,07
Rendas de Credenciamento	-	35,00	-
Rendas de Cartões	110.943,50	328.121,10	601.643,92
Rendas de Outros Serviços	163.441,09	305.482,94	354.732,90
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	60.405,08	65.014,38	-
TOTAL	3.119.969,66	5.625.447,97	4.690.047,91

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

24. Rendas de Tarifas

RELATÓRIO ANUAL

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	125.875,00	245.374,90	171.716,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	15.182,50	30.582,50	26.772,61
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	21.099,60	38.259,60	26.475,25
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	687.595,17	1.365.515,89	1.173.785,30
TOTAL	849.752,27	1.679.732,89	1.398.750,06

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(49.896,00)	(95.634,00)	(79.170,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(493.989,16)	(902.752,69)	(746.537,41)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.134.703,30)	(2.075.865,22)	(1.687.773,62)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.066.269,01)	(1.981.535,52)	(1.461.127,13)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.695.015,76)	(5.077.628,52)	(3.760.066,77)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(23.496,06)	(48.230,02)	(46.063,10)
TOTAL	(5.463.369,29)	(10.181.645,97)	(7.780.738,03)

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(68.957,59)	(123.105,02)	(96.968,10)
Despesas de Aluguéis	(374.832,16)	(732.026,79)	(648.652,18)
Despesas de Comunicações	(320.113,95)	(632.718,96)	(589.937,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(334.691,36)	(761.382,03)	(515.388,88)
Despesas de Material	(38.428,24)	(77.990,64)	(64.118,36)
Despesas de Processamento de Dados	(561.378,58)	(1.040.967,62)	(752.386,45)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(180.059,40)	(300.069,62)	(165.200,70)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(282.638,42)	(340.767,67)	(93.292,47)
Despesas de Seguros	(65.853,70)	(125.673,00)	(121.202,15)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(564.983,73)	(1.251.095,48)	(1.554.383,57)

Despesas de Serviços de Terceiros	(511.326,08)	(937.447,00)	(952.327,64)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(345.278,99)	(672.401,06)	(601.981,94)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(196.081,26)	(358.682,40)	(221.175,59)
Despesas de Transporte	(175.413,48)	(321.089,74)	(331.248,87)
Despesas de Viagem no País	(36.578,28)	(67.989,91)	(59.319,14)
Despesas de Depreciação/Amortização	(119.998,34)	(221.003,31)	(180.487,15)
Outras Despesas Administrativas	(509.584,55)	(983.690,32)	(1.009.149,21)
TOTAL	(4.686.198,11)	(8.948.100,57)	(7.957.220,16)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	(339,40)	(668,80)	(603,90)
Contribuição sindical patronal	(9.000,00)	(18.000,00)	(9.000,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.758,77)	(6.911,95)	(10.295,97)
Copa/cozinha	(21.413,26)	(38.680,57)	(32.135,74)
Lanches e refeições	(21.977,48)	(34.497,35)	(30.057,46)
Uniformes e vestuários	(16.981,20)	(46.462,50)	(31.046,89)
Contribuição a OCE	(20.304,94)	(40.609,90)	(31.387,24)
Mensalidades diversas	-	(100,00)	-
Rateio de despesas da Central	(233.926,82)	(443.907,02)	(493.520,83)
Materiais de limpeza	(21.270,13)	(40.228,07)	(33.305,29)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(132.307,94)	(257.231,25)	(266.369,73)
Outras despesas administrativas	(29.304,61)	(56.392,91)	(71.426,16)
TOTAL	(509.584,55)	(983.690,32)	(1.009.149,21)

27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(5.002,11)	(24.631,38)	(25.358,08)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(35.072,80)	(70.539,17)	(72.306,00)

RELATÓRIO ANUAL

Despesas de Contribuição ao COFINS	(29.163,45)	(52.269,10)	(5.845,32)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(33.828,10)	(60.324,02)	(41.287,60)
TOTAL	(103.066,46)	(207.763,67)	(144.797,00)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	11.497,14	111.424,78	583.791,84
Dividendos	-	8.101,15	-
Distribuição de sobras da central	-	52.292,83	41.678,75
Rendas de Repasses Interfinanceiros	22.844,93	32.605,34	25.670,31
Outras rendas operacionais	2.151,49	22.935,58	6.301,23
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	520.492,19	1.003.448,98	823.176,55
Juros ao Capital Recebidos da Central	337.031,00	337.031,00	242.403,17
TOTAL	894.016,75	1.567.839,66	1.723.021,85

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(9.331,00)	(27.721,85)	(5.141,06)
Outras Despesas Operacionais	(68.551,36)	(114.984,24)	(101.909,53)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(672.753,76)	(866.868,46)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(81.175,14)	(144.737,20)	(75.038,06)
Outras Contribuições Diversas	(846,00)	(1.572,00)	(1.432,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(7.605,41)	(17.422,83)	(81.875,83)
Perdas - Fraudes Externas	-	(2.711,82)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(467,10)	(2.967,10)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(93.093,21)	(221.112,09)	(344.768,12)
TOTAL	(933.822,98)	(1.400.097,59)	(610.164,60)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 23(a).

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	(10.448,94)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	-	(2.161,13)
Provisões para Contingências	-	-	(8.287,81)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(128.034,51)	(293.472,60)	(114.199,97)
Provisões para Garantias Prestadas	(346.676,56)	(668.006,16)	(308.761,47)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	218.642,05	374.533,56	194.561,50
TOTAL	(128.034,51)	(293.472,60)	(124.648,91)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	4.470,00
Ganhos de Capital	4.281,54	25.263,41	63.595,26
Provisões/Reversões Não Operacionais			
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(3.799,00)	(3.799,00)	-
(-) Perdas de Capital	(51.315,40)	(81.520,99)	(56.935,23)
TOTAL	(50.832,86)	(60.056,58)	11.130,03

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

RELATÓRIO ANUAL

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	601.860,33	0,5527%	8.819,81
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	140.545,12	0,1291%	4.814,92
TOTAL	742.405,45	0,6818%	13.634,73
Montante das Operações Passivas	4.845.993,61	5,2016%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,3162%
Crédito Rural (modalidades)	0,3693%
Aplicações Financeiras	3,9561%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	86,07	0,44	0,0085%
Conta Garantida	4.213.929,63	23.946,21	49,7830%
Financiamentos Rurais	540.953,08	5.409,53	36,1192%
Empréstimos	233.172,49	2.331,73	0,5863%
Financiamentos	45.470,29	1.900,17	0,5067%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.155.533,97	3,2259%	-
Depósitos a Prazo	7.059.942,12	4,4819%	0,8997%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,4464%	31,50
Financiamentos	1,4950%	30,50
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%) CDI)	97,5726%	42,49

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	4.056.261,05
Empréstimos	484.755,48
Financiamentos	57.513,53

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	502.693,47	48.555,70

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

RELATÓRIO ANUAL

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(139.419,37)	(235.524,19)	(203.011,24)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(493.989,16)	(902.752,69)	(746.537,41)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
1.030.683,36	1.028.853,36

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPERAC, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERAC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	26.622.867,97	587,12
Ativo - Participações de Cooperativas	3.181.213,64	2.260.706,75
Total das Operações Ativas	29.804.081,61	2.261.293,87

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de Despesas da Central	(233.926,82)	(443.907,02)	(493.520,83)
Total das Despesas	(233.926,82)	(443.907,02)	(493.520,83)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	25.262.196,66	20.251.494,65
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	21.018.308,25	16.324.706,37
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	14,42%	14,89%
Imobilizado para cálculo do limite	1.195.580,36	1.140.284,15
Índice de imobilização (limite 50%) %	4,73%	5,63%

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(23.619,91)	(23.619,91)	-
Assistência médica	(289.670,37)	(550.553,36)	(467.755,70)
Alimentação do trabalhador	(766.802,44)	(1.398.201,88)	(1.111.786,41)
Vale transporte	(868,16)	(882,21)	(3.563,05)
Auxílio creche/babá	(42.152,18)	(79.884,14)	(80.166,28)

RELATÓRIO ANUAL

Assistência odontológica	(11.590,24)	(22.723,72)	(24.502,18)
TOTAL	(1.134.703,30)	(2.075.865,22)	(1.687.773,62)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;



RELATÓRIO ANUAL

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (Δ VE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);



RELATÓRIO ANUAL

- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.



RELATÓRIO ANUAL

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos *Planos de Continuidade de Negócios* para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeirão Preto/SP, 31 de dezembro de 2023.

Cesar Augusto Campez Neto
Diretor Presidente

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador
CRC:ISP251999/O-4



RELATÓRIO ANUAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Cooperac, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, constata estarem os mesmos em perfeita ordem e é de Parecer que estes devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Fernando Antonio Ramalheiro - Conselheiro Fiscal
Marcio Pessolo dos Santos - Conselheiro Fiscal
Moisés de Souza Andrade - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac** (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



RELATÓRIO ANUAL

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 12 de março de 2024.

CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC 2SP022311/O-8

Luiz Cláudio Gaona Granados
Contador CRC 1SP118.402/O-3



Ribeirão Preto

Rua São Sebastião, 675
Avenida Saudade, 838
Avenida Dom Pedro I, 642
Avenida Nove de Julho, 791
Praça Bonfim, 216 - Bonfim Paulista

Luiz Antônio

Rua Manoel Francisco, 145

Taquaritinga

Rua Prudente de Moraes, 661

Canal de
Apoio ao
Cooperado



@sicoobcooperac

www.cooperac.com.br

 **SICOOB**
Cooperac